

Avaliação de políticas públicas: metodologia aplicada ao Plano estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte

Diana Ambrosio de Lima Silva¹

Eliza Daiana Lopes de Oliveira²

Leonardo Jacob de Lima³

Resumo

O presente artigo apresenta resultados da política migratória no Rio Grande do Norte no que tange ao eixo de incentivo ao trabalho, emprego e geração de renda. Objetivou-se avaliar a eficácia do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, no tocante ao eixo 6, que fundamenta diretrizes para a inclusão dessa população na dinâmica econômica do estado. Metodologicamente, foi realizada avaliação participativa e de resultados, com análise quali-quantitativa de dados. Para tanto, foram utilizados cinco instrumentos de coleta, envolvendo atores que possuíam ligação direta com a política (gestor municipal, gestor estadual e beneficiários), sendo eles: entrevista exploratória, três entrevistas semiestruturadas aplicadas aos referidos atores e um grupo focal realizado com refugiados venezuelanos da etnia Warao. A avaliação pautou-se em 4 dimensões de análise: Cidadania Garantida, Cidadania Percebida, Cidadania Viva e a Cidadania Ativa. Como resultados, foi possível verificar que, apesar de recente, a política migratória no estado do RN, no que tange ao eixo avaliado, tem sido parcialmente eficaz nas estratégias de acolhimento, desenvolvimento e inclusão dessas pessoas no território pela via do trabalho, isso porque outras diretrizes ainda demandam políticas emergenciais para a garantia do acesso aos direitos básicos a essa população.

Palavras-chave: Avaliação. eficácia. resultados. Política Migratória. Mercado de Trabalho.

Abstract

This article presents the results of the migration policy in Rio Grande do Norte in terms of incentives for work, employment and income generation. The objective was to evaluate the effectiveness of the State Plan for Attention to Stateless and Migrant Refugees of Rio Grande do Norte, with regard to axis 6, which underlies guidelines for the inclusion of this population in the economic dynamics of the state. Methodologically, a participatory and results evaluation was carried out, with qualitative and quantitative data analysis. For that, five collection instruments were used, involving actors who had a direct connection with the policy (municipal manager, state manager and beneficiaries), namely: exploratory interview, three semi-structured interviews applied to the referred actors and a focus group carried out with Venezuelan refugees from the Warao ethnic group. The evaluation was based on 4 dimensions of analysis: Guaranteed Citizenship, Perceived Citizenship, Lived Citizenship and Active Citizenship. As a result, it was possible to verify that, despite being recent, the migration policy in the state of RN, with regard to the evaluated axis, has been partially effective in the reception, development and inclusion strategies of these people in the territory through work, because other guidelines still require emergency policies to guarantee access to basic rights for this population.

Keywords: Assessment. efficiency. results. Migration Policy. Job market.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os países que mais recebem refugiados e migrantes, o Brasil tem desempenhado um papel pioneiro e de referência no que concerne à livre circulação de pessoas de diferentes nacionalidades em território nacional. Tal entendimento pode ser explicado em virtude da sua atuação frente a criação de políticas públicas de proteção internacional para os refugiados, apátridas e migrantes.

Nas últimas décadas, observa-se um aumento considerável no fluxo migratório no Estado do Rio Grande do Norte - RN. De acordo com dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA, 2022)¹, desde janeiro de 2000 a junho de 2021, cerca de 14.349 migrantes obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do estado. Ainda, por meio da estratégia de interiorização do Governo Federal, o estado recebeu, de abril de 2018 a agosto de 2021, em torno de 259 pessoas venezuelanas em território potiguar (MIGRACIDADES, 2021).

No que concerne à conceituação de refugiados, apátridas e migrantes, entende-se por refugiados as pessoas que estão em processo de deslocamento de um país para outro em razão de conflitos, perseguições, violação aos direitos humanos ou catástrofes naturais. Assim, “os refugiados são considerados migrantes internacionais forçados, que cruzam as fronteiras nacionais de seus países de origem em busca de proteção” (MOREIRA, 2015, p.85). Caracteriza-se como Migrante, o indivíduo que se locomove de uma área geográfica, de sua residência comum ou de seu local de nascimento, podendo ser migração interna ou migração internacional. Ainda, compreende-se como Apátridas, os indivíduos que não possuem nacionalidade reconhecida por nenhum país (MAIS BOLSAS, 2019). Em comum situação, o deslocamento dessas pessoas geralmente acontecem de forma fragilizada e desumana.

Nesse contexto, o Rio Grande do Norte é um dos estados destaques no MigraCidades - plataforma de incentivo e promoção da governança migratória local no Brasil - no que se refere ao desenvolvimento de ações voltadas para a população em processo migratório e de refúgio, com selo que certifica que o governo do estado e os municípios demonstraram boas práticas na governança local no que diz respeito à ampliação dos mecanismos de acolhida desse público-alvo no estado. Além disso, o RN tem sido um estado referência com selo MigraCidades em três anos consecutivos, sendo em 2020, 2021 e 2022.

¹ É um sistema que contém os dados referente ao número de registros ativos de imigrantes, segmentados por escopo temporal (mensal), escopo geopolítico (UF), país de nacionalidade do imigrante e situação do imigrante (SISMIGRA, 2021).

Tal reconhecimento acontece em razão do desenvolvimento de práticas positivas do governo local, destacando-se em 3 dimensões: 1) Parceria Institucional, com o “**Manual de Técnicas para Atendimento de Refugiados Venezuelanos e Indígenas Warao**”, cuja finalidade é orientar os gestores estaduais e municipais no processo de acolhida. 2) Acesso à saúde, com a criação do “**Plano Emergencial para Prevenção e Enfrentamento da COVID-19 para a População em Situação de Rua, Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte**”, que tem como objetivo apresentar medidas e orientações no que tange ao atendimento desse público-alvo. E, por fim, 3) dimensão da Estrutura Institucional de Governança, com a criação do “**Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes**”, elaborado com a finalidade de instrumentalizar a política estadual para refugiados, apátridas e migrantes do estado.

Dentre as ações mencionadas, o RN se tornou um estado pioneiro e de referência pela instituição do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes, elaborado pelo Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte - CERAM/RN, tornando-se o primeiro estado do Nordeste a instituir uma política de longo prazo direcionada às pessoas em situação de refúgio e de deslocamento territorial. O plano foi criado visando orientar os municípios no processo de aplicação das políticas públicas migratórias, bem como as ações de acolhida a essas pessoas. Tais orientações dividem-se em 9 eixos, que tem por objetivo viabilizar a execução das políticas dentro do período de 2021 a 2024.

Nesse contexto, este estudo propôs como objetivo avaliar a eficácia do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, no que tange ao eixo 6 - trabalho, emprego e renda, a partir da diretriz relativa ao fomento de políticas de trabalho para o referido público-alvo. Sendo assim, esta avaliação contemplou o critério de **eficácia** como forma de aferir se o plano, em seu Eixo 6, tem alcançado suas metas e respectivo objetivo, adotando a **avaliação de resultados** para avaliar os impactos gerados ao referido público-alvo.

Além disso, no que concerne à natureza e o momento, a avaliação se constituiu em **formativa e ex post (In itinere)**, caracterizando-se no **tipo participativa**, tendo em vista a necessidade de ouvir e consultar os beneficiários do plano, bem como os gestores do estado e município (**agentes participativos**) no que tange a execução de suas competências frente às demandas inerentes ao refugiados, Apátridas e Migrantes no estado.

Nesta avaliação, apresentamos sua estrutura formal dividida em 3 (três) partes, sendo a metodologia subdividida em tópicos para uma compreensão direcionada dos instrumentos

utilizados. Dessa forma, o conteúdo está estruturado em: 1) introdução; 2) metodologia e critérios de avaliação; e 3) conclusões e recomendações à política migratória em tela.

2 AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A avaliação consiste no exame sistemático de uma política pública em execução, ou já finalizada, que verifique o seu desempenho, a forma em que está sendo implementada e os resultados previstos e alcançados. “O propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa” (COSTA, CASTANHAR, 2003, p.972).

Nessa perspectiva, para que seja possível mensurar o desempenho de programas/projetos, bem como identificar o grau de realização de suas metas e os obstáculos para o alcance de objetivos, é preciso construir medidas de aferição do resultado alcançado. Tais parâmetros são denominados de critérios de avaliação (COSTA, CASTANHAR, 2003).

Desse modo, a presente proposta de avaliação utilizará como critério de medida: a eficácia, a qual consiste na verificação do grau em que o programa alcançou os objetivos e metas propostos na sua formulação. Assim, se pretende mensurar a eficácia do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, no que tange ao Eixo 6 - Trabalho, emprego e renda, com vistas a verificar os resultados das ações de incentivo à inserção no mercado de trabalho e geração de emprego e renda, ao público-alvo da política.

Com o intuito de avaliar a forma de implementação, os obstáculos para a execução das ações e os resultados que já foram atingidos pela política, a presente avaliação consistiu numa avaliação de resultados. A avaliação de resultados procura mensurar se o programa atingiu os objetivos e metas propostos, bem como verificar quais foram os efeitos causados após sua implementação e se houve modificação na situação-problema a qual originou a formulação da política (CUNHA, 2006 apud RAMOS, SCHABBACH, 2012, p.981).

Nessa perspectiva, esta avaliação buscou avaliar o grau de execução das diretrizes/metras indicadas no Eixo 6 - Trabalho, emprego e renda - do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, com vistas a mensurar os resultados alcançados e o impacto destes na vida do público-alvo da política.

No que diz respeito à natureza, a presente proposta consiste em uma avaliação formativa, cujo intuito é acompanhar e gerar informações sobre o processo de implementação visando aprimorar a execução da política. “Avaliação formativa, portanto, refere-se aos procedimentos empregados para implementar o programa e está relacionada com a decisão

de modificar, revisar e/ou aprimorar o que está sendo implementado” (CAVALCANTE, 2007, p.83).

Além do mais, como o Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte é uma política cujo seu processo de implementação é recente (publicado em 2021) e está em curso, o momento da avaliação a ser utilizado será *ex post (In itinere)*, o qual atua durante a implementação do programa ou ao seu final. Quando um programa está em curso, os resultados alcançados julgarão sua continuidade, ou não. Se houver continuidade, verifica-se se deve manter seu formato original ou se será necessário efetuar ajustes para o redirecionamento entre objetivos e atividades (RAMOS, SCHABBACH, 2012).

Ademais, o tipo de agente desta avaliação configura-se como avaliação participativa, “a qual prevê a participação dos beneficiários no planejamento, execução e avaliação das ações” (RAMOS, SCHABBACH, 2012, p.1276) uma vez que, haverá contato direto com o público-alvo e com os gestores da política para a aplicação da metodologia da presente proposta de avaliação.

3 METODOLOGIA APLICADA À AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Esta avaliação se enquadra como uma pesquisa de método quali-quantitativo. De acordo com Souza (2018), a articulação entre os métodos qualitativo e quantitativo possibilita um maior aprofundamento das pesquisas, quando comparado ao uso de apenas um dos métodos para a análise do fenômeno em estudo. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa preocupa-se em evidenciar aspectos da realidade que não são quantificáveis, foca na compreensão da dinâmica das relações e interpretações sociais sobre um assunto. Enquanto, a pesquisa quantitativa vai aferir aquilo que pode ser mensurado. Este método possui alto teor descritivo e afasta a análise de questões pessoais (GERHARDT, SILVEIRA, 2009).

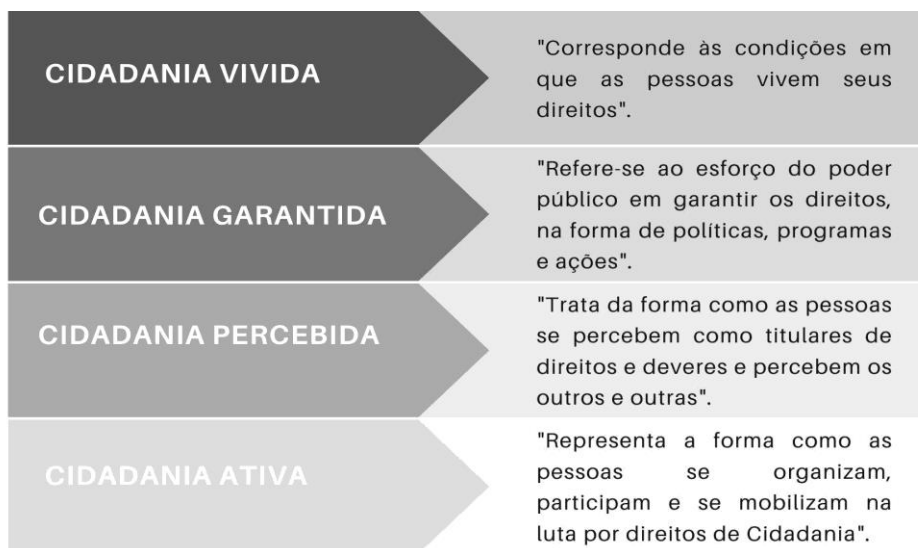
Em relação aos procedimentos de pesquisa, esta avaliação se pautou em um estudo de campo, tendo em vista a necessidade de visitar a estrutura do CERAM (Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN) e do CARE (Centro de Acolhida e Referência para Refugiados, Apátridas e migrantes) para verificar, respectivamente, a infraestrutura de trabalho e operacionalização da política, bem como as condições de moradia e acolhimento dessas pessoas, além disso, o campo será um importante meio para aplicação de entrevistas com gestores e com o público-alvo e, para a realização de grupo focal com a população refugiada.

Destaca-se que, a pesquisa de campo é fruto da observação de fatos ou fenômenos que se passam na realidade, porém, ela não é restrita à coleta de dados, uma vez que essa

forma de pesquisa apresenta vantagens como o acúmulo de informações sobre o fenômeno estudado. “Uma das formas de pesquisa de campo é a observação direta. Nesse caso a pesquisa ocorre por meio da verificação *in loco*, também pode ser realizada por meio de entrevistas e questionários” (BONAT, 2009, p.13) instrumentos de coleta utilizados neste trabalho.

Neste prisma, baseada no desenho metodológico de dimensões de cidadania da plataforma Cidadania: Sistemas de indicadores (2022), a presente avaliação utilizou, como indicadores para mensurar a eficácia do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, aspectos pautados em 4 dimensões classificatórias de cidadania: a Cidadania Vivida, a Cidadania Garantida, a Cidadania Percebida e a Cidadania Ativa. Na figura 1, apresenta-se a definição de cada uma das referidas dimensões.

Figura 1 - Dimensões de cidadania



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados da plataforma “Cidadania: Sistemas de indicadores”, (2022)

Nesse sentido, para empregar o referido desenho metodológico, a partir das diferentes percepções de cidadania, como dimensões de análise da presente avaliação, elaborou-se cinco procedimentos de coleta de dados a fim de mensurar a eficácia do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, no que tange ao Eixo 6 – Trabalho, emprego e renda - por meio do cruzamento das percepções de cidadania, na perspectiva do gestor (ator que garante a política) e do público beneficiário (ator que percebe a implementação da política).

Desse modo, dentre os referidos procedimentos, foi aplicado um roteiro semiestruturado de entrevista exploratória, foram utilizados mais três roteiros de entrevistas

semiestruturadas (aplicados com o gestor estadual, municipal e com o público-alvo), bem como um roteiro para a mediação de grupo focal com a população refugiada. A seguir, o quadro 1 representa o que é esperado sobre os procedimentos de coleta e como cada um se relaciona com as dimensões de cidadanias supracitadas.

Quadro 1 - Procedimentos de coleta

Procedimento de coleta	Finalidade
<ul style="list-style-type: none"> Entrevista exploratória com o pesquisador-bolsista do CERAM. 	Teve como objetivo coletar dados aprofundados sobre o funcionamento do CERAM e a operacionalização da política, a partir do olhar do responsável direto pelo diálogo com o público-alvo.
<ul style="list-style-type: none"> Entrevista semiestruturada com o presidente do CERAM. 	Relacionada à dimensão de Cidadania Garantida, propôs a avaliação do gestor estadual da política sobre os resultados de sua implementação, bem como sua avaliação sobre o diálogo entre o Estado com os municípios.
<ul style="list-style-type: none"> Entrevista semiestruturada com a gestora da SEMTAS representante da prefeitura de Natal. 	Relacionada à dimensão de Cidadania Garantida, propôs a avaliação do gestor municipal sobre os resultados da operacionalização da política, bem como acerca do diálogo do município com o Estado.
<ul style="list-style-type: none"> Entrevista semiestruturada com pessoas refugiadas indígenas da etnia Warao. 	Relacionada à dimensão de Cidadania Percebida, teve como finalidade mensurar a avaliação do público-alvo sobre os resultados da política.
<ul style="list-style-type: none"> Grupo focal com os beneficiários da política. 	Relacionada às dimensões de Cidadania Viva e Ativa, buscou avaliar, a partir do grupo focal, perspectivas do público-alvo sobre como identificam suas condições de vida ao chegarem ao estado e como se organizam e articulam para reivindicar acesso a direitos.

Fonte: Elaboração própria dos autores, 2022

Dessa forma, para mensurar os resultados alcançados pela política de atenção a refugiados, apátridas e migrantes, no estado do Rio Grande do Norte, em relação à proteção socioassistencial e incentivo à políticas de trabalho, foi realizado o cruzamento entre as dimensões de Cidadania Garantida x Cidadania Percebida com o objetivo de avaliar a eficácia da política a partir da percepção do ator que implementa a ação e do ator que é beneficiário da mesma.

O cruzamento das percepções foi orientado por meio das respostas das entrevistas semiestruturadas realizadas com esses atores. Os instrumentos de coleta (roteiros semiestruturados) foram elaborados por meio de questões abertas, bem como, por questões de avaliação por escala. Os instrumentos das referidas dimensões de cidadania possuíam em cada questão a mesma ideia, para que pudesse haver o cruzamento das percepções

(comparação de respostas), porém, as questões passaram por adaptações conforme à linguagem de cada ator correspondente à entrevista.

Além disso, o instrumento de coleta que contempla as dimensões de Cidadania Viva e Ativa contou com questões abertas para observar a percepção do público-alvo, por meio de um grupo focal, acerca das condições de cidadania, ou a falta dela, quando chegam ao território potiguar e sobre como essa população se organiza para a reivindicação de direitos e representação de seus interesses junto ao poder público e a sociedade civil.

3.1 Dimensões de avaliação do plano estadual de atenção aos refugiados, apátridas e migrantes do Rio Grande do Norte

De acordo com o documento do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, no que tange o Eixo 6 – Trabalho, emprego e renda - o qual foi parâmetro de avaliação da presente pesquisa - é indispensável fomentar ações de inclusão e permanência dos beneficiários no mercado de trabalho, sobretudo das mulheres, por meio da garantia do acesso à educação, qualificação profissional, do fortalecimento das organizações produtivas e do acesso à renda. Nessa perspectiva, a política estabelece que:

Para a construção das metas desse eixo, foram observados os ODS nº 8, com a elaboração de políticas orientadas para o desenvolvimento, mas que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivem a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, e os empreendimentos de economia solidária, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros. Levou-se em consideração, sobretudo, o ODS 8.8, que almeja proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários (PLANO ESTADUAL DE ATENÇÃO AOS REFUGIADOS, APÁTRIDAS E MIGRANTES DO RIO GRANDE DO NORTE, 2021, p.24).

Nessa perspectiva, para avaliar a eficácia do Plano Estadual, foram selecionadas 4 diretrizes, como parâmetro de avaliação, dentre as 12 que constituem o referido Eixo. O critério de escolha pautou-se em metas com as características mais importantes para a inclusão do referido público, no mercado de trabalho, cujas ações apresentavam o incentivo para implementação de curto e médio prazo. No quadro 2, seguem expostas as diretrizes selecionadas para a avaliação, os resultados esperados como indicadores de eficácia para cada uma delas, bem como os métodos de coleta de dados para a avaliação dos atores.

Quadro 2 - Matriz lógica da avaliação de eficácia

DIRETRIZES/METAS	RESULTADOS	FONTES DE COLETA	MÉTODO DE COLETA
Incentivar o aumento da oferta de vagas gratuitas em cursos de qualificação profissional e divulgação de parcerias com entidades do sistema S e outras instituições, por meio de convênios e acordos.	Cursos de capacitação profissional realizados por meio de parcerias e convênios; Capacitação de Mão de obra para Inserção nos diferentes segmentos do mercado de trabalho.	As informações serão coletadas por meio de entrevista semiestruturada com o presidente do CERAM.	Pesquisa de campo; Entrevista semiestruturada.
Incentivar o associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e economia solidária entre os refugiados, apátridas e migrantes, especialmente entre as mulheres.	Criação de associações e cooperativas para o incentivo ao trabalho dos beneficiários da política; Criação de ações de fomento ao empreendedorismo e economia solidária para a referida população.	As informações serão coletadas por meio de entrevista semiestruturada com o presidente do CERAM.	Pesquisa de campo; Entrevista semiestruturada.
Promover campanhas de conscientização sobre o trabalho análogo à escravidão e a discriminação contra estrangeiras/os no trabalho, com observância de questões de gênero.	Realização de campanhas, periódicas, em diferentes espaços estratégicos de grande circulação para a conscientização sobre o trabalho análogo à escravidão; Campanhas contra a discriminação, xenofobia e gênero.	As informações serão coletadas por meio de entrevista semiestruturada com o presidente do CERAM.	Pesquisa de campo; Entrevista semiestruturada.
Incentivar a contratação de refugiados, apátridas e migrantes pelo Poder Público.	Contração, qualificação e inserção desse público em órgãos públicos; Estratégias de inclusão e permanência dos beneficiários da política.	As informações serão coletadas por meio de entrevista semiestruturada com o presidente do CERAM.	Pesquisa de campo; Entrevista semiestruturada.

Fonte: Elaboração própria, a partir das informações do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, 2022

As diretrizes selecionadas serviram como parâmetro para a avaliação de eficácia do referido Eixo. A avaliação sobre o resultado alcançado foi realizada por meio do cruzamento da percepção do gestor e da população beneficiária da política.

3.2 Indicadores e parâmetros de análise para a avaliação de eficácia do eixo 6 - trabalho, emprego e renda

No que tange à metodologia aplicada à avaliação, elaborou-se uma medida para indicar o grau de eficácia do Eixo 6 - Trabalho, emprego e renda do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte. Como indicador de análise foi definida uma escala de avaliação com o parâmetro de 0 a 5 para a verificação do alcance

do resultado de cada diretriz/meta analisada. Esse parâmetro foi inserido no roteiro das entrevistas semiestruturadas aplicadas com o gestor estadual, gestor municipal e com o público-alvo, tendo em vista que, para mensurar a eficácia, houve o cruzamento da avaliação dos referidos atores, sobre o resultado de cada diretriz selecionada. Na figura 2, podem ser observados indicadores para cada nota da escala de avaliação, a partir da percepção do gestor e do beneficiário da política.

Figura 2 - Escala de avaliação gestores e público-alvo da política

Escala de Avaliação (0 a 5)		
Nota	Avaliação do Gestor	Avaliação do beneficiário
0	A ação não existe;	Não Existe;
01	A ação existe, mas ainda não apresenta resultados;	Muito Ruim;
02	Os resultados da ação começaram a ser desenvolvidos, mas precisam de muitos ajustes;	Ruim;
03	O resultado da ação está começando a atingir os objetivos e metas;	Regular;
04	O resultado da ação passou a ser satisfatório para o alcance do objetivo;	Boa;
05	Os resultados da ação alcançam 100% da meta;	Muito Boa;

Fonte: Elaboração própria dos autores, 2022

Como pode ser observado a partir das informações presentes na figura anterior, criou-se um indicador para cada nota de avaliação da escala de 0 a 5. Na coluna “Avaliação do gestor” verifica-se os parâmetros sobre a avaliação da execução da política (Cidadania Garantida), enquanto na coluna “Avaliação do beneficiário” observa-se os parâmetros definidos para a análise da percepção do acesso à política (Cidadania Percebida).

Nesse sentido, o critério de eficácia foi mensurado por meio do cruzamento das avaliações dos atores (gestor e beneficiário), sobre o resultado de cada meta, ou seja, se deu a partir do cruzamento das percepções de Cidadania Garantida e da Cidadania Percebida sobre o processo de implementação e de acesso à política, pelo gestor e pelo beneficiário, respectivamente.

Para tanto, a partir da escala de 0 a 5, realizou-se a média de respostas entre a percepção do gestor estadual, municipal e a do público beneficiário para a mensuração do índice de eficácia das diretrizes avaliadas. Desse modo, o referencial de sucesso utilizado para resultado do cruzamento das respostas foi o indicador 1,0. Quanto mais próximo de 01 fosse o resultado do índice de eficácia das respostas dos gestores e do beneficiário da política,

mais eficaz estaria sendo o resultado da diretriz/meta do plano. No que concerne a realização do cruzamento das percepções dos atores para encontrar o índice de eficácia de cada meta avaliada, foram considerados três passos:

- **Primeiro passo:** Encontrar a média da percepção dos gestores e a média da percepção do público-alvo.
- **Segundo passo:** Encontrar o índice de avaliação de cada ator. Para tanto, realizou-se a divisão do valor da média, encontrada a partir da percepção do gestor e do público alvo, pela nota máxima da escala de avaliação, cujo valor é 5.
- **Terceiro passo:** Encontrar o índice de eficácia da avaliação. Para tal, precisou-se somar o valor dos índices de avaliação dos gestores e do público-alvo, encontrados no passo anterior, e dividir por 2.

No que concerne ao primeiro passo, para encontrar as médias de avaliação dos gestores e do público-alvo foi preciso realizar a soma das notas das avaliações dos referidos atores e dividir pela quantidade de participantes de cada categoria, como pode ser observado nas fórmulas a seguir:

Figura 3 - Fórmula das médias de avaliação dos atores

$$MG^1 = (X+Y)/2$$
$$MPA^2 = (A+B)/2$$

Média Gestores¹
Média Público-Alvo²

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Encontradas as médias dos atores, o segundo passo buscou identificar os índices de avaliação de cada ator (gestor e beneficiário), para tanto o resultado da média dos gestores e do público-alvo foi dividido, cada um deles, pelo valor máximo da escala, que no caso era 5, como pode ser observado na seguinte fórmula:

Figura 4 - Fórmula dos indicadores de avaliação dos atores

$$IG^1 = MG/5$$
$$IPA^2 = MPA/5$$

Indicador de avaliação Gestor¹
Indicador de avaliação Público-Alvo²

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Encontrados os indicadores de avaliação de cada ator, a terceira etapa refere-se ao cruzamento das avaliações (Cidadania Garantida x Cidadania Percebida), cujo resultado

consistiu no índice de eficácia da meta avaliada, o qual quanto mais próximo de 1,0 estivesse indicaria que mais eficaz estava sendo o seu alcance. Para tal cruzamento, foi necessário somar os indicadores de avaliação dos atores, encontrados no passo anterior, e dividir por 2, como representado na fórmula abaixo:

Figura 5 - Fórmula do índice de eficácia

Índice de Eficácia*

$$IE^1 = (IG+IPA)/2$$

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Em síntese, o índice de eficácia desenvolvido pelos passos anteriores buscou mensurar a eficácia da política a partir da percepção do ator que a implementa e do ator que percebe a implementação em seu benefício. Nessa perspectiva, na figura a seguir apresentam-se parâmetros de análise para os possíveis resultados encontrados da média do cruzamento das notas dos atores, cujo objetivo foi mensurar o índice de eficácia da diretriz/meta avaliada. Desse modo, para cada grau alcançado sobre o referido resultado, foi definida uma explicação sobre como se configurava a percepção do andamento da ação avaliada, levando em consideração que o referencial de sucesso para o índice de eficácia de cada diretriz avaliada foi 1,0.

Figura 6 - Parâmetro de avaliação a partir do resultado do índice de eficácia

= 0	A ação não existe;
> 0 < 0,2	A ação existe, mas está em estágio inicial;
≥ 0,2 < 0,4	A ação começou a ser implementada, mas precisa de ajustes;
≥ 0,4 < 0,6	Os atores passam a perceber que a ação está começando a atingir a meta;
≥ 0,6 < 0,8	Os atores começam a perceber resultados positivos e a ação é parcialmente eficaz;
≥ 0,8 = 1	Para os atores o resultado da ação é totalmente eficaz.

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Observa-se que, para cada possível resultado do cruzamento da Cidadania Garantida e a Cidadania Percebida, havia um parâmetro de avaliação de como estava a condição de eficácia da diretriz avaliada. Nesse prisma, a partir do resultado alcançado, por meio da

comparação das respostas, foi possível mensurar como os atores estão percebendo a implementação da ação.

4. AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA A PARTIR DO CRUZAMENTO DA CIDADANIA GARANTIDA E A CIDADANIA PERCEBIDA

As análises a seguir dizem respeito às respostas de perguntas realizadas nas entrevistas semiestruturadas com o gestor estadual, com o gestor municipal e o público-alvo da política. Participaram desse procedimento de coleta dois migrantes, sendo um refugiado venezuelano indígena da etnia *Warao* e um migrante italiano, a quantidade de participantes do público-alvo se deu em virtude da dificuldade de encontrar outros migrantes que compreendessem e falassem bem o português no espaço de tempo que o grupo avaliador possuía para a realização desta avaliação. As perguntas aplicadas nas entrevistas, por meio de escala de avaliação de 0 a 5, sendo 5 a nota mais alta, tinham a mesma proposta com o intuito de cruzar a perspectiva dos gestores responsáveis por operacionalizar a política com a perspectiva do público-alvo.

Desse modo, cabe destacar que as questões de avaliação por escala *likert* foram elaboradas a partir das quatro diretrizes escolhidas para a avaliação de eficácia do Eixo 6, conforme apresentadas no quadro 2: “Matriz lógica da avaliação de eficácia”. As referidas questões buscaram, a partir do resultado das avaliações, mensurar a percepção de implementação e acesso das diretrizes do referido eixo. Desse modo, para identificar o índice de eficácia dos resultados da avaliação foram seguidos os três passos descritos e detalhados, anteriormente, na metodologia.

Nas figuras a seguir, que correspondem à matriz de resultados de cada questão avaliada, poderá ser observada a nota de cada ator sobre a ação e o grau de eficácia identificado a partir da percepção dos gestores e beneficiários participantes. A primeira pergunta dizia respeito à avaliação sobre a inclusão de mulheres no mercado de trabalho.

Quadro 3 - Matriz de resultados para a avaliação de eficácia sobre a inclusão de mulheres no mercado de trabalho

Pergunta	Avaliação Gestor Estadual	Avaliação Gestor Municipal	Avaliação Participante (Migrante 1)	Avaliação Participante (Migrante 2)
Como você avalia a implementação das ações de incentivo à inclusão de mulheres refugiadas, apátridas e migrantes no mercado de trabalho?	0	1	0	0

Média:	$(0+1)/2 = 0,5$	$(0+0)/2 = 0$
Indicador de avaliação:	$(0,5)/5 = 0,1$	$(0)/5 = 0$
Índice de eficácia	$(0,1+0)/2 = 0,05$	
Classificação do resultado	"A ação existe, mas está em estágio inicial"	

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Como observado no quadro anterior, a avaliação do gestor estadual sobre o resultado de implementação dessa ação recebeu nota 0, **conforme** a Figura 2 - Escala de avaliação gestores e público-alvo da política, a nota 0 equivale a percepção de que "a ação não existe". Para o gestor municipal essa ação mereceu nota 1, de acordo com a referida escala, essa avaliação implica dizer que a "ação existe, mas ainda não apresenta resultados".

Em relação a avaliação do público-alvo participante, em entrevista concedida ao grupo, tanto o refugiado venezuelano, quanto o migrante italiano disseram não saber responder sobre a existência dessa ação, logo, atribuíram nota 0. Para eles, então, a "ação não existe".

Parecer final: No que concerne ao índice de eficácia desta ação, fundamentado pelos indicadores da Figura 6 - Parâmetro de avaliação a partir do resultado do índice de eficácia, observa-se uma distância considerável do referencial de sucesso que é 1, logo, a partir do cruzamento da percepção da Cidadania Garantida e da Cidadania Percebida a ação não é eficaz, uma vez que a mesma se enquadra no parâmetro: "A ação existe, mas está em estágio inicial".

A próxima dimensão diz respeito às ações de parcerias com o sistema S para a oferta de cursos profissionalizantes destinados à qualificação dessa população. Espera-se como resultados encontrar articulações com as instituições do sistema S que busquem capacitar esse público para que sejam inseridos no mercado de trabalho.

Quadro 4 - Matriz de resultados para a avaliação de eficácia sobre parcerias com o sistema S para a oferta de cursos

Pergunta	Avaliação Gestor Estadual	Avaliação Gestor Municipal	Avaliação Participante (Migrante 1)	Avaliação Participante (Migrante 2)
Em relação às parcerias com o sistema S para oferta de cursos profissionalizantes destinados à capacitação de refugiados, como você avalia?	1	0	0	0
Média:	$(1+0)/2 = 0,5$		$(0+0)/2 = 0$	

Indicador de avaliação:	$(0,5)/5 = 0,1$	$0/5 = 0$
Índice de eficácia	$(0,1+0)/2 = 0,05$	
Classificação do resultado	"A ação existe, mas está em estágio inicial".	

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Pelo exposto na figura anterior, a avaliação do gestor estadual sobre o resultado de implementação dessa ação recebeu nota 1, conforme o quadro de avaliação dos gestores e beneficiários, figura 6, a nota 1 equivale a percepção de que a "ação existe, mas ainda não apresenta resultados", segundo o gestor, uma parceria já foi realizada junto ao SESC para a oferta de uma capacitação. Para o gestor municipal essa ação mereceu nota 0, conforme a referida escala essa avaliação indica que "a ação não existe". De acordo com o mesmo, nunca foi realizada uma ação de capacitação ou oferta de cursos por parte da prefeitura à referida população.

Em relação à avaliação do público-alvo participante, tanto o refugiado venezuelano, quanto o migrante italiano disseram não saber responder sobre a existência dessa ação, logo, atribuíram nota 0. Na visão deles, então, a "ação não existe".

Parecer final: No que concerne ao índice de eficácia desta ação, observa-se uma grande distância do referencial de sucesso que é 1, logo, a partir do cruzamento da percepção da Cidadania Garantida e da Cidadania Percebida a ação não é eficaz, uma vez que a mesma se enquadra no parâmetro: "A ação existe, mas está em estágio inicial".

A próxima dimensão consiste em avaliar a realização de campanhas contra o trabalho análogo a escravidão, xenofobia e discriminação no mercado de trabalho.

Quadro 5 - Matriz de resultados para a avaliação de eficácia sobre a realização de campanhas contra o preconceito e discriminação para com esse público

Pergunta	Avaliação Gestor Estadual	Avaliação Gestor Municipal	Avaliação Participante (Migrante 1)	Avaliação Participante (Migrante 2)
E como você avalia campanhas de conscientização contra trabalho análogo a escravidão, xenofobia e discriminação no mercado de trabalho?	0	0	0	0
Média:	$(0+0)/2 = 0$		$(0+0)/2 = 0$	
Indicador de Avaliação:	$0/5 = 0$		$0/5 = 0$	
Índice de eficácia	$(0+0)/2 = 0$			

Classificação do resultado	"A ação não existe".
-----------------------------------	----------------------

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Como observado no detalhamento da matriz de resultados, todos os atores participantes atribuíram nota zero a avaliação da implementação dessa ação, logo, a "ação não existe" na percepção dos referidos participantes.

Parecer final: No que concerne ao índice de eficácia desta ação, observa-se que não há nenhum grau de implementação, dessa forma, a ação não é eficaz em virtude de não ter alcançado os objetivos propostos na sua elaboração. Desse modo, a referida ação se enquadra no parâmetro: "A ação não existe".

A avaliação seguinte se relaciona à dimensão de incentivo ao empreendedorismo e economia solidária e acesso à linhas de crédito pelo referido público. Busca-se identificar se há algum incentivo por parte do estado ao desenvolvimento de pequenos negócios e acesso a linhas de crédito por parte dessa população.

Quadro 6 - Matriz de resultados para a avaliação de eficácia sobre o incentivo ao empreendedorismo e economia solidária e acesso à linhas de crédito

Pergunta	Avaliação Gestor Estadual	Avaliação Gestor Municipal	Avaliação Participante (Migrante 1)	Avaliação Participante (Migrante 2)
No que diz respeito ao incentivo ao empreendedorismo e economia solidária com o fomento ao acesso a linhas de crédito específicas para esse público, numa escala de 0 a 5 como você avalia?	1	2	0	0
Média:	$(1+2)/2 = 1,5$		$(0+0)/2 = 0$	
Indicador de avaliação:	1,5/5 = 0,3		0/5 = 0	
Índice de eficácia	$(0,3+0)/2 = 0,15$			
Classificação do resultado	"A ação existe, mas está em estágio inicial".			

Fonte: Elaboração própria, 2022.

Conforme os resultados apresentados na figura, a avaliação do gestor estadual sobre o resultado de implementação dessa ação recebeu nota 1, levando em consideração o quadro de avaliação dos gestores e beneficiários, figura 6, a nota 1 equivale a percepção de que a "ação existe, mas ainda não apresenta resultados" segundo o gestor, parcerias estão começando a ser articuladas sobre essa dimensão. Para o gestor municipal essa ação mereceu nota 2, conforme a referida escala, figura 2, essa avaliação condiz que "os resultados da ação começaram a ser desenvolvidos, mas precisam de muitos ajustes". Em relação à

avaliação do público-alvo participante, ambos disseram não saber responder sobre a existência dessa ação, logo, atribuíram nota 0. Na visão deles, então, a “ação não existe”.

Parecer final: No que concerne ao índice de eficácia desta ação, observa-se uma grande distância do referencial de sucesso que é 1, logo, a partir do cruzamento da percepção da Cidadania Garantida e da Cidadania Percebida a ação não é eficaz, uma vez que a mesma se enquadra no parâmetro: “A ação existe, mas está em estágio inicial”.

Desse modo, observa-se que o Eixo 6, do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do RN, a partir das quatro diretrizes selecionadas como parâmetro de avaliação, não pode ser considerado eficaz no alcance de seus resultados, isso porque, a maior parte das percepções de garantia e de acesso das referidas ações, resultaram em índices muito abaixo do referencial de sucesso determinado pela metodologia aplicada, cujo parâmetro indicava que quanto mais próximo de 1 fosse o resultado do índice de eficácia, mais eficaz estariam sendo os resultados da diretriz avaliada, mediante o cruzamento da Cidadania Garantida e Cidadania Percebida.

Neste prisma, a partir da pesquisa de campo e da realização de entrevistas com os atores participantes, foi possível identificar que a política migratória, no Estado do Rio Grande do Norte, está em fase de planejamento inicial e foi criada por meio de demandas emergenciais frente ao contexto mundial de migrações e condições de refúgio. O referido Plano Estadual, por sua vez, é uma política recente, publicada no ano de 2021, que visa instrumentalizar a elaboração de ações direcionadas à inclusão desse público, de forma digna e estável, no contexto da sociedade potiguar. No entanto, diante da falta de políticas migratórias comuns entre os entes federativos, no Brasil, os desafios de se construir políticas de inserção desse público, a nível de estado, torna-se um desafio a ser enfrentado, não só no Rio Grande do Norte, que vem desencadeando um pioneirismo em boas práticas migratórias, mas, em todo o país.

Nesse sentido, tais condições refletem diretamente na não eficácia da política, no que tange ao seu Eixo 6 - Trabalho, Emprego e Renda, tendo em vista que há a necessidade se priorizar demandas urgentes como o acesso à saúde, educação e assistência social, principalmente, no que concerne a situação da regularização documental, para só depois adentrar sobre outras perspectivas de atuação para a inclusão dessas pessoas na sociedade, como é o caso da dimensão de políticas de incentivo à inserção ao mercado de trabalho.

5 ANÁLISE DAS DIMENSÕES DE CIDADANIA VIVIDA E CIDADANIA ATIVA

No que tange a análise das dimensões da Cidadania Vivida e Cidadania Ativa, buscou-se mensurar as condições em que se encontram pessoas migrantes em condição

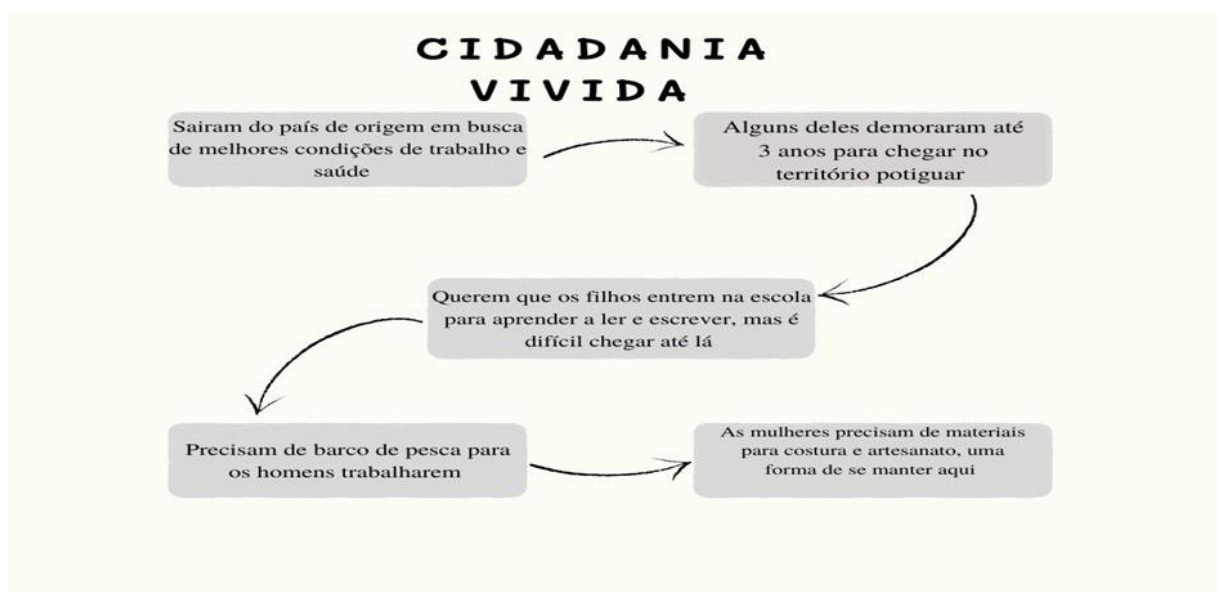
de refúgio no Estado, bem como identificar a forma como se articulam para reivindicar seus direitos e assegurar garantias sociais.

Para tanto, foi realizado com os migrantes venezuelanos indígenas de etnia *Warao*, um grupo focal, no Centro de Acolhimento e Referência (CARE), no dia 13 de julho de 2022. O referido procedimento de coleta de dados contou com a participação de quatro pessoas (sendo três homens e uma mulher, dentre as quarenta pessoas que residiam no CARE), a participação se deu entre os migrantes que melhor compreendiam e falavam o português, com vistas a identificar informações qualitativas que contemplassem as dimensões de cidadanias mencionadas anteriormente.

No que concerne a dimensão de cidadania vivida buscou-se compreender as condições que enfrentaram ao sair da Venezuela até chegar no território do estado do Rio Grande do Norte, os desafios encarados até serem acolhidos pela política de atenção à refugiados por parte do estado e da prefeitura de Natal, bem como identificar como se encontram, hoje, na perspectiva de cidadãos.

Em relação a cidadania ativa buscou-se compreender se há condições de participação e articulação, entre eles, para reivindicar direitos e garantias sociais junto ao poder público do estado. Nessa perspectiva, no que tange às condições de cidadania vivida, observadas nos relatos do público-alvo participante, identificou-se um cenário de conflitos sociais e dificuldades, no país de origem e, também ao chegar no território brasileiro, como pode ser visualizado na figura 7.

Figura 7 - Percepção da dimensão de cidadania vivida pelo público-alvo



Fonte: Elaboração própria dos autores, 2022.

Nesse sentido, com vistas a compreender a dimensão de Cidadania Viva, foram feitas perguntas sobre a chegada desses migrantes até o Estado do Rio Grande do Norte, como está sendo a inserção deles nas escolas e como está se dando o acesso a serviços públicos no estado.

Na perspectiva dos participantes do grupo focal, ao chegarem no Brasil, se depararam com o desafio da inserção no mercado de trabalho para alcançar estabilidade mínima e garantir dignidade no acesso à moradia e alimentação. Nesse cenário, muitos encontraram, na rua, através do pedido de ajuda nos sinais, uma forma de conseguir dinheiro para a subsistência de suas famílias. No país, passaram por diversos estados como Roraima, Amazonas, Pará e Piauí, mas relataram que as condições de vida no Rio Grande do Norte são melhores, tanto em relação à ajuda que recebem das pessoas, quanto das políticas de acolhimento geridas pelo estado.

Muitos deles chegaram a passar anos, no Brasil, sem receber nenhum tipo de assistência por parte dos governos, no território potiguar viveram anos de aluguel subsidiado pelo dinheiro das ajudas e expressaram muita comoção ao relatar o sofrimento que já enfrentaram até aqui, pelo não exercício da cidadania, na perspectiva de ter acesso a direitos e voz representativa sobre as dificuldades que enfrentam.

Como o CERAM é um órgão recente e foi criado em razão emergencial diante das novas condições da migração, no mundo, e no Rio Grande do Norte, muitos deles relataram ter vivido mais de três anos no estado até conhecerem a atuação do Comitê. Esse conhecimento só foi possível por meio de entrevistas dadas pelo CERAM a alguns canais de imprensa.

Acolhidos atualmente no abrigo e assistidos por iniciativas do estado e da prefeitura, que garantem o mínimo de assistência e subsídios para a proteção da vida dessas pessoas, hoje, indicam perceber que viver no Rio Grande do Norte é mais confortável em questões estruturais e de assistência do que no seu país de origem e também em relação a outros estados brasileiros.

Portanto, eles migraram para o Rio Grande do Norte em busca de uma melhor qualidade de vida, oportunidade de trabalho e um melhor serviço de saúde e educação, e consideram que aqui é melhor do que no País de origem, mas, ainda precisam de muita ajuda, principalmente no que diz respeito ao incentivo da inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

Ademais, durante a realização do grupo focal, foram feitas perguntas que contemplam a Cidadania ativa, e uma das questões discutidas foi para saber de que forma

os migrantes se organizavam para reivindicar os seus direitos e se eles se organizam, em conjunto, para participar de debates que apresentem a problemática deles.

Um dos entrevistados respondeu que, no momento, não estão participando de nenhuma discussão acerca da problemática deles, mas estão se organizando para falar com o governo.

Em síntese: As principais reivindicações foram por instrumentos que possibilitem os homens a ter um trabalho digno, ou seja, a pesca, e as mulheres gostariam de trabalhar com artesanato e costura, que são características e habilidades adquiridas por eles em seu País de origem.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise da interseção entre as dimensões de Cidadania Garantida (representada pelos gestores da política) e Cidadania Percebida (representada pelo público-alvo da política), no que diz respeito à avaliação de eficácia dos resultados do Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte, especificamente no Eixo 6 - Trabalho, Emprego e Renda, constatou-se a ineficácia das diretrizes examinadas, tendo em vista que a percepção dos atores participantes indicaram as notas mais baixas para o resultado da ação ante a escala de avaliação utilizada como método para mensurar o grau de eficácia das diretrizes escolhidas para avaliação do referido Eixo.

No entanto, essa situação não sugere ausência de medidas por parte do governo para implementar as diretrizes. Em vez disso, destaca-se os obstáculos de natureza burocrática, assim como a falta de pessoal e recursos financeiros para efetivar a política em sua totalidade. Além disso, é importante notar que o plano foi publicado no ano de 2021 e ainda teve de lidar com os efeitos adversos do cenário pandêmico.

Somado a isso, também a partir do cruzamento das dimensões de cidadanias supracitadas, foi possível identificar a avaliação do acesso aos principais serviços públicos assistenciais no estado: saúde, educação, documentação e cursos profissionalizantes por parte dos referidos atores. Assim, observou-se que, o estado vem articulando parcerias e diálogos com outros entes e organismos públicos para desenvolver a política migratória no Rio Grande do Norte, no entanto, enfrenta desafios como a espera da regularização documental dessa população, que é competência federal, para poder incluí-la nos serviços públicos cujo acesso é direito de todos, conforme a constituição cidadã brasileira.

Tal entrave, reflete diretamente na não eficácia das políticas de incentivo ao mercado de trabalho, como estabelecidas nas metas do Plano estadual, isso porque, sem acesso a documentos essas pessoas ficam às margens da sociedade e acabam não conseguindo

inserção no mercado e oportunidades de incentivo, o que acentua ainda mais a condição de vulnerabilidade social em que vivem.

Como recomendação macro, identifica-se, a partir desta avaliação, que para que haja eficácia e efetividade na política migratória no Rio Grande do Norte, assim como demais entes do país, é necessário que haja uma maior articulação entre a União, estados e municípios para a criação de políticas de interesse comum, que unifiquem o processo de acolhimento, entendendo a importância de se flexibilizar o acesso a regularização documental para que essas pessoas consigam usufruir do mínimo de dignidade e cidadania no Brasil.

Em relação ao acesso aos serviços assistenciais, se faz importante o diálogo ainda mais pertinente do estado com os gestores municipais para que trabalhem a sensibilização da oferta dos serviços como o acesso à saúde e educação, para que mesmo que não haja uma documentação formal das pessoas em condição de refúgio, não ocorram negativas ou grandes dificuldades ao acesso a tais direitos, os quais são garantias sociais básicas e que, por mais que o estado venha lutando para garantir, destacando isso como um ponto significativo para a boa atuação da gestão, precisa ainda ser reforçado para que haja uma perspectiva cooperativa no desenvolvimento de políticas migratórias entre os entes municipais.

No que tange ao incentivo ao mercado de trabalho, é preciso que haja sim um olhar voltado para a capacitação do migrante, principalmente no que diz respeito a cursos da língua portuguesa para que consigam, com menos dificuldades, serem admitidos por empresas, órgãos públicos ou montar o seu próprio negócio. A população de refugiados indígenas venezuelanos relatou atuar na produção têxtil como redes e roupas, com artesanato e pesca, assim, cursos de empreendedorismo, subsídios de incentivo ao trabalho autônomo, para homens e, inclusive, para as mulheres seriam ações assertivas para a inclusão dessas pessoas, que estão em extrema vulnerabilidade socioeconômica, no mercado produtivo.

Nesse prisma, parcerias também poderiam ser criadas com empresas do segmento têxtil para admissão de costureiras e artesãos. Como sugestão o estado deve em conjunto com os municípios, buscar capacitar ou aproveitar o conhecimento desse público, de modo a incentivar economia solidária, as oficinas de artesanato, incentivar o trabalho no setor pesqueiro ao qual já se dedicaram boa parte da vida.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Fátima. **Plano Estadual de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte**. Natal, p. 9, 2021.

COSTA, F. L.; CASTANHAR, J. C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos**. Revista De Administração Pública, 37(5), 969 a 992, 2003. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509>. Acesso em 11 de Jun, de 2022.

MOREIRA, Julia Bertino. **Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração**

local. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana [online]. 2014, v. 22, n. 43 [Acessado 20 Junho 2022] , pp. 85-98. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004306>>. Epub 19 Jun 2015. ISSN 2237-9843. <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880004306>.

BONAT, Débora. / **Metodologia da pesquisa**. 3 Ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A.2009. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5Eesvwncx6sC&oi=fnd&pg=PA9&dq=metodologia+de+pesquisa&ots=7WSFvKpisx&sig=2kuQFzK9Zs11EcltNe09NglGTs#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 11 de jun. de 2022.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. 1 edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/M%C3%A9todos_de_Pesquisa/dRuzRyElzmkC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=metodologia+de+pesquisa+quali-quantit&printsec=frontcover. Acesso em: 11 de jun. de 2022.

RAMOS, M.P.; SCHABBACH, L.M. **O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil**. Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 46(5):1271-294, set./out. 2012. SCIELO. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bPM5xsjhwWgL54mdx3R7cnP/abstract/?lang=pt>. Acesso em 11 de Jun, de 2022.

SOUZA, M. P. **PERSPECTIVA QUALI-QUANTI NO MÉTODO DE UMA PESQUISA**. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, [S. l.], v. 11, n. 11, 2018. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/8668>. Acesso em: 11 jun. 2022.